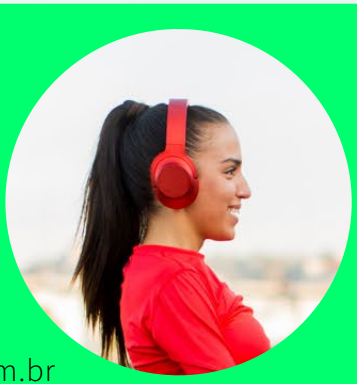
RIO BRAVO

CARTA ESTRATÉGIAS

Abril 2026



riobravo.com.br

Paralelismos

Texto de Gustavo Franco

No mês de abril prosseguiu o nervosismo com relação às implicações inflacionárias dos problemas no Oriente Médio, e com o Estreito de Ormuz em especial. Há um curioso paralelismo nas reações diante desse assunto em diversas partes do mundo, destacadamente no Brasil e nos EUA.

Aqui como lá parece prevalecer um curioso otimismo, pelo qual não se nega a existência de um choque de oferta de consequências inflacionárias, mas se toma como certo, ou como mais provável, que seja um choque de pequenas proporções, ou seja, rápido o suficiente, para que não altere a política monetária.

> **Nos EUA como no Brasil, por razões nem tão diferentes, nada parece afetar a política fiscal**

Tanto o Banco Central do Brasil (BCB) como o Federal Reserve (FED) trabalham com certa folga em seus objetivos, sobretudo no modo como tratam o seu horizonte de atingimento de metas. Sendo assim, aceita-se que se o transtorno no abastecimento internacional de petróleo não for prolongado, nada vai se alterar na política monetária.

A ver.

Na fria lógica dos mercados financeiros, o choque de oferta que não afeta a política monetária, e nem a política fiscal, acaba atropelado pela rotina.

Na verdade, nos EUA como no Brasil, por razões nem tão diferentes, nada parece afetar a política fiscal. Num caso como no outro, o fiscal reflete a vontade do presidente, cada qual com seu labirinto.

Nos EUA, está mais aceso um debate sobre ganhos de produtividade, muito provavelmente em razão do barulho em torno das consequências dos enormes investimentos em inteligência artificial, sempre acompanhados de relatos impressionantes sobre o potencial disruptivo das inovações aí envolvidas. O assunto se parece com o debate análogo sobre as consequências da própria internet, sendo que, desta vez, o Prêmio Nobel a fazer o contraponto não é mais Robert Solow (premiado em 1987) mas Daron Acemoglu (premiado em 2024).

Em 1987, Solow deu origem ao que muitos chamam de “paradoxo de Solow” ao afirmar que a “idade dos computadores pode ser encontrada em toda parte menos nas estatísticas de produtividade”.

Acemoglu, por sua vez, estimou que o impacto da inteligência artificial sobre a produtividade total dos fatores seria da ordem de 0,66% ao longo de dez anos, um percentual, em suas palavras, "não trivial porém modesto"[1], e certamente bem distante das avaliações mais ousadas sobre os impactos da inovação.

> A PEC da abolição da escala 6x1 deverá ter bem menos impacto do que se presume

Um dos efeitos de uma aumento de produtividade é o repasse aos preços, com consequências deflacionistas. Entretanto, a julgar pelas ordens de grandeza sugeridas por Acemoglu, dificilmente essa influência negativa sobre a inflação serviria para compensar o efeito inflacionário dos choques sobre os preços do petróleo atualmente tendo lugar.

Já no Brasil, o debate sobre produtividade não é sobre o quanto a inteligência artificial vai fazer subir o valor adicionado por hora trabalhada, mas quanto aos efeitos provavelmente negativos da abolição da escala 6x1. Parece irreal que se assuma que a redução da jornada fará aumentar a produtividade, sem prejuízo da conversa sobre o tempo perdido no transporte público ou do valor monetário ou intangível do tempo adicional do trabalhador com a família. Ceteris paribus, a redução na jornada é como uma diminuição do número de dias úteis no ano, ou como se ficasse aumentado o número de feriados. O PIB para o ano calendário vai ficar menor.

Os especialistas em mercado de trabalho observam que: (i) depois da reforma trabalhista prevalece a liberdade de negociação quanto à jornada; e em razão disso se explica que (ii) a média nacional de horas trabalhadas por semana no Brasil situa-se em torno de 39,1 a 39,5 horas, segundo dados da PNAD Contínua (IBGE).

Em razão disso, a PEC da abolição da escala 6x1 deverá ter bem menos impacto do que se presume, a depender ainda do veredito sobre gradação e duração da fase de adaptação. Para as empresas afetadas, todavia, o efeito será o de aumento de custos e/ou perda de produtividade, em ambas as situações com algum efeito inflacionário, porém, adiante e talvez de pouca expressão.

No Brasil, o BCB seguiu seu caminho de redução modesta na taxa Selic, e em sua 278ª reunião de 28 e 29 de abril, reduziu a Selic em 0,25% em decisão unânime.

No comunicado, o Copom indica que aguarda "novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços".

> Com a rejeição de Jorge Messias para o STF, não foram poucos os que comentaram que o governo terminou

Nos EUA, no mesmo dia 29, ocorreu a última reunião do comitê da política monetária deles (FOMC- Federal Open Market Committee), presidida por Jerome Powell. Como resultado, manteve-se o curso das últimas reuniões, tal como no Brasil: com isso, o juro básico americano manteve-se inalterado entre 3,5% e 3,75%. A diferença, entretanto, foi notável nos votos divergentes. Dos 12 membros votantes no FOMC houve quatro votos divergentes, três na direção de uma linguagem menos dovish no comunicado, e um voto na direção exatamente contrária, para baixar o juro em 25 bps, o voto de Stephen Miran, economista alinhado com Trump.

1 https://www.nber.org/system/files/working_papers/w32487/w32487.pdf.

> Dois governos de teor populista, nos EUA e no Brasil, enfrentam dificuldades com seus respectivos parlamentos

O novo presidente indicado, Kevin Warsh, o substituto de Jerome Powell, terá diante de si um comitê dividido e majoritariamente alinhado com a conduta de Powell, o que pode ser ainda mais carregado de tensões depois das eleições mid-term, especialmente se Trump perder maioria em uma das casas.

No Brasil, mesmo antes da indicação dos dois novos diretores do BCB, já se antevê certa tensão com o Palácio do Planalto, sobretudo se a trajetória de queda de juros continuar tão parcimoniosa. O governo entra no "modo eleição" e com perspectivas piores.

O mês de abril termina com uma notícia horrível vinda do Senado: o voto contrário à indicação do advogado Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal. O resultado é nada menos que vexaminoso. Não foram poucos os que comentaram que, com essa votação, o governo terminou.

Em resumo, dois governos de teor populista, nos EUA e no Brasil, enfrentam dificuldades com seus respectivos parlamentos, e em encontrar acomodação na política monetária para contas fiscais em mau estado, cada qual do seu jeito e na sua escala.

ECONOMIA

Uma dose de realidade

Texto de José Alfaix

Talvez a PEC 6x1 seja, por alguma margem, a pauta mais importante a ser votada este ano em plenário. Não apenas por sua recorrência no debate público, mas especialmente pela relevância de seus desdobramentos econômicos em um país que, quando se trata de votar projetos cuja ambição excede sua realidade orçamentária e produtiva, mais que frequentemente, põe o carro à frente dos bois.

Primeiro, é necessário esclarecer alguns pontos: a principal proposta, já aprovada na CCJ, é a PEC 221/2019 de Reginaldo Lopes (PT-MG), que prevê redução da jornada de 44 para 36 horas semanais ao longo de uma transição de dez anos. Apensada a ela, há um PL com urgência constitucional enviado pelos governistas para acabar com a escala 6x1 e reduzir a jornada de 44 para 40 horas.

Se na sua percepção, um governo atropelar uma PEC já em Comissão especial soa hostil, é porque é. Afinal, a relação entre Executivo e Legislativo não é aprazível, e não deve melhorar após a rejeição de Jorge Messias ao STF após a sabatina do Senado na última quarta-feira (30/04).

Voltando ao assunto da PEC, os congressistas não são alheios aos riscos. Manter os salários constantes aumentará o custo de mão de obra significativamente às empresas, que, por sua vez, repassarão o preço aos consumidores. Na prática, os parlamentares sabem que é um projeto inflacionário, em um país que não vê sua inflação de serviços abaixo de 5% desde a última Copa do Mundo.

Os legisladores também estão cientes de que a redução é um incentivo adicional à informalidade, principalmente em empresas com menor margem. O custo unitário do trabalho mais elevado favorece a migração dessas empresas para MEI/PJ/Autônomo, e mais trabalhadores saem do CLT, êxodo este que, por sua vez, deságua em mais uma pressão ao problema previdenciário ao ampliar o desequilíbrio atuarial do RGPS.

Um país cuja informalidade é persistentemente próxima a 40% não precisa de incentivos adicionais; bastam as leis trabalhistas excessivamente rígidas e as distorções nos redesenhos dos programas de transferências sociais.

É importante pontuar, como fez o relator da PEC, que incentivos fiscais aos setores produtivos para amortecer o eventual aumento de preços, como desoneração da folha, poderiam arrefecer o custo econômico da medida. Com a dívida bruta em 80% do PIB, déficit nominal acima de 8%, e iminência de um shutdown da máquina pública com a compressão das despesas discricionárias, vale a pergunta: com que dinheiro?

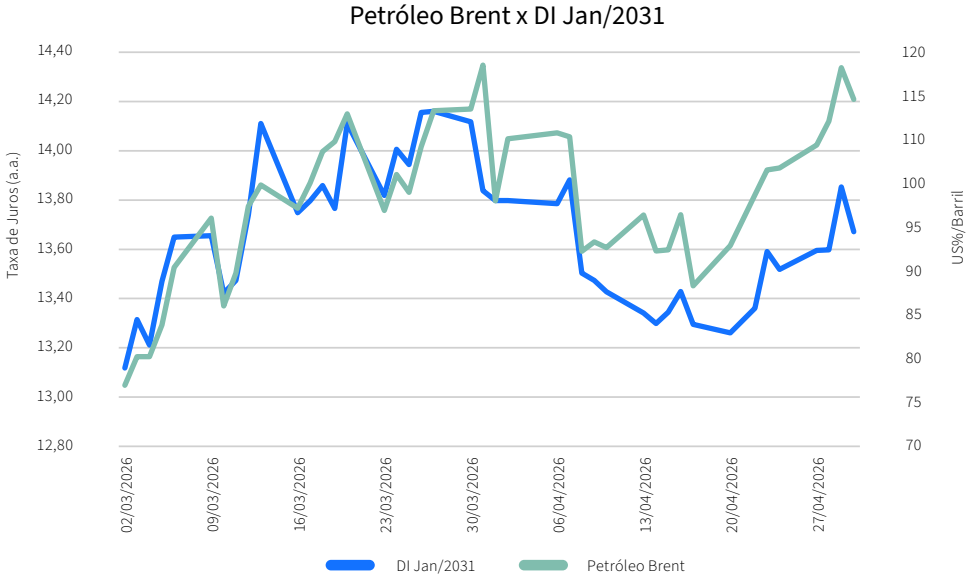
CRÉDITO PRIVADO

Um mês de volatilidade

Texto de Evandro Buccini

O mês de abril de 2026 foi caracterizado por volatilidade na curva de juros com duas dinâmicas bem distintas no período. Na primeira quinzena, com a expectativa de um possível fim do conflito entre Irã e Estados Unidos, o preço do petróleo caiu mais de 20% com a cotação do Petróleo Brent atingindo a mínima de $90,00 o barril. Esse movimento contribuiu para o fechamento das curvas de juros nos países desenvolvidos, e também no Brasil. Já na segunda quinzena, com a dificuldade de negociação de um acordo, o petróleo voltou a subir, fechando o mês próximo à máxima do ano, cotado a $118,00 o barril. Esse aumento voltou a pressionar as curvas de juros prefixados e de juros reais no Brasil, em função do potencial impacto da commodity sobre as expectativas de inflação.

No campo da política monetária, o Banco Central deu continuidade, em abril, ao ciclo de afrouxamento monetário, promovendo novo corte de 25 pontos-base, levando a taxa Selic para 14,50% ao ano. A comunicação da autoridade monetária, no entanto, reforçou uma postura de cautela em relação aos próximos movimentos de flexibilização.



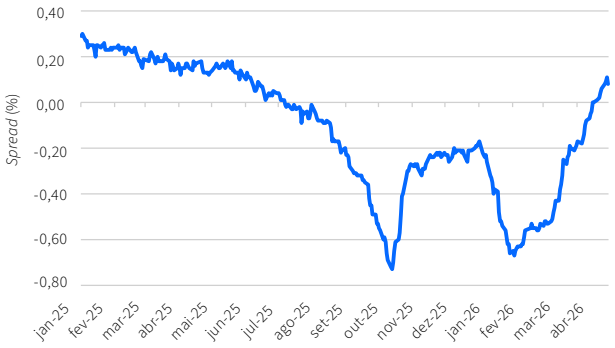
No mercado de crédito privado, a Aegea, maior empresa privada de saneamento do país, esteve em evidência após adiar a divulgação das demonstrações financeiras de 2025, publicada apenas em abril de 2026, ainda dentro do período de cura aplicável a algumas emissões. A

companhia também reapresentou os números de 2024, incorporando mudanças contábeis com critérios mais conservadores de reconhecimento de receitas e provisões para perdas de crédito, o que resultou em redução de lucro e patrimônio líquido.

Embora a administração destaque que os ajustes não afetam a geração de caixa operacional, o episódio levou a rebaixamentos de rating e à abertura de spreads de crédito, refletindo maior cautela dos investidores em relação à governança e à transparência das informações financeiras, em um contexto de alavancagem ainda elevada. Ainda assim, a reclassificação contribui para reduzir incertezas contábeis e aumentar a previsibilidade prospectiva das demonstrações, o que tende a favorecer a análise de crédito no médio prazo. Entre os catalisadores que podem agregar para o fechamento das taxas, destacam-se eventuais novos aportes dos acionistas, uma sinalização de desaceleração do ritmo de investimentos e a venda de ativos maduros.

As debêntures incentivadas tiveram uma abertura do *spread* de crédito no mercado secundário de 28bps durante o mês, fechando com a mediana do *spread* em +8bps. Já as debêntures não incentivadas oscilaram, mas terminaram praticamente estáveis na variação no mês, encerrando com a mediana do *spread* em DI + 1,09%.

Debênture Incentivadas - Mediana *spread* de crédito



Debênture não incentivadas - Mediana *spread* de crédito

Fonte: Credit Guide

CP1

Em abril, O Rio Bravo Crédito Privado teve um rendimento de 1,04%, o que equivale a 94,99% do CDI no período. No book de debêntures, os papéis que se sobressaíram foram da CSN e Ecorodovias; o destaque negativo veio de Aegea. No book de Letra Financeira, os destaques foram Itaú e Safra; e no book de FIDC, os destaques ficaram para FIDC Inlira Stefannini e FIDC Siga.

CP30

Em abril, o Rio Bravo CP Essencial registrou rendimento de 1,03%, equivalente a 94,404% do CDI no período. O desempenho do mês teve como principais destaques positivos os ativos estruturados, com as alocações em FIDC e CRI, enquanto a carteira de debêntures apresentou retorno abaixo do benchmark.

No segmento de debêntures, os setores de Siderúrgico, Locação de Automóveis e Saúde foram os principais contribuintes, dos quais vale a pena citar os papéis de CSN, Localiza e Rede Dor. Em contrapartida, o setor Saneamento, especialmente por meio das debêntures da Aegea e BRK Ambiental, apresentou contribuição negativa no mês.

Entre os ativos estruturados, o desempenho foi impulsionado pelo book de FIDCs, com resultados positivos dos fundos FIDC Inlira Stefannini Consórcio e FIDC Bulla, além dos CRIs Corpore e Minas Brisa. No book de Letras Financeiras, os melhores retornos vieram dos papéis de Bradesco e Itaú.

A carteira atual possui um carrego esperado de CDI +2,00% a.a., distribuída entre 38 emissores e 10 setores, com exposição a debêntures, FIDCs, CRIs e ativos bancários. Durante o mês, aumentamos a alocação em FIDCs, com investimento no FIDC Multiplike Senior, FIDC Sellor Multisetorial e FIDC Bulla. Para os próximos meses, seguiremos com uma postura mais seletiva, com preferência por ativos bancários em relação às debêntures high grade, além de ampliar gradualmente a alocação em FIDCs, buscando preservar o equilíbrio da relação risco-retorno do fundo.

Infra CDI

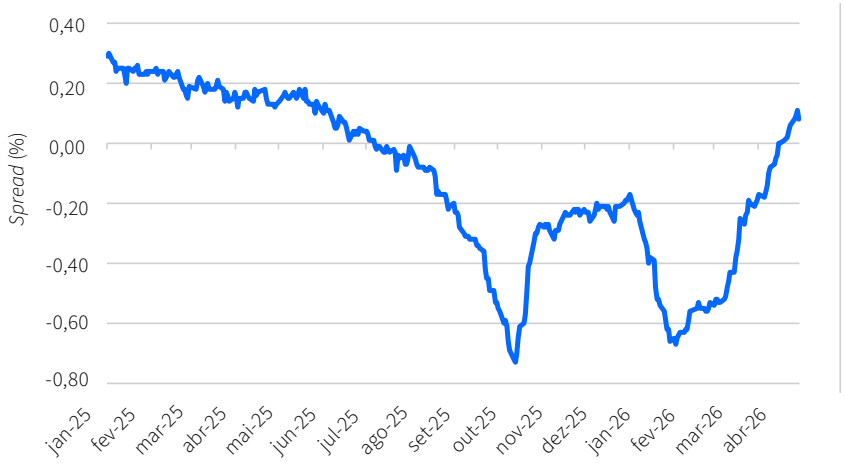
Em abril de 2026, o fundo Rio Bravo Infra CDI Incentivado registrou rendimento de -0,518%, equivalente a -47,46% do CDI no período. O desempenho no mês foi impactado pela abertura de *spread* de crédito na carteira de debêntures incentivadas e por perdas da posição de hedge de DAP futuro, devido ao fechamento das taxas de juros reais.

O setor de destaque positivo no universo das debêntures incentivadas foi o de Geração de Energia Renovável e Rodovias. Por outro lado, os setores de Saneamento e de Telecomunicações desempenharam abaixo no período. Nos ativos estruturados, o FIDC SIGA e o CRI Laken se sobressaíram.

A carteira atual apresenta um carrego esperado de CDI +1,30% a.a., distribuído entre 47 ativos e 19 setores, com alocação em debêntures incentivadas, FIDCs e CRIs.

Ao longo do mês, o mercado de debêntures incentivadas teve abertura de *spread* de crédito de +28bps, fechando com a mediana do *spread* positivo +8bps.

Debênture Incentivadas - Mediana *spread* de crédito



Fonte: Credit Guide

Acreditamos que o nível ainda elevado dos juros reais no Brasil, aliado ao benefício da isenção de imposto de renda, sustenta a atratividade das debêntures de infraestrutura. Nesse contexto, a classe de ativos segue como alternativa relevante de investimento para 2026.

IMOBILIÁRIO

Retrofits no mercado corporativo

Texto de Anita Scal e Andressa Pereira

O mercado imobiliário corporativo atravessa um ciclo claro de transformação e, nesse contexto, o retrofit deixa de ocupar um papel secundário para se firmar como uma alavanca estratégica de criação de valor. Mais do que uma alternativa ao desenvolvimento tradicional, é uma resposta direta às novas exigências de eficiência, sustentabilidade e competitividade dos ativos.

Ainda assim, persiste uma distorção relevante na forma como o retrofit é interpretado. Parte do mercado continua associando essa estratégia a intervenções superficiais, focadas apenas na atualização estética de fachadas e áreas comuns. A partir dessa leitura limitada, consolida-se a percepção de que ativos antigos carregam, inevitavelmente, maior risco ou obsolescência.

Essa visão não se sustenta quando analisamos retrofits conduzidos com profundidade técnica. Projetos que incorporam modernização de sistemas prediais, ganhos de eficiência operacional, atualização tecnológica e melhoria consistente da experiência do usuário reposicionam completamente o ativo. Nesses casos, o critério de avaliação não é mais a origem do edifício e passa a ser sua capacidade de entrega.

Nesse contexto, a escassez de terrenos em regiões consolidadas deixa de ser apenas uma restrição e passa a atuar como o principal fator estrutural do retrofit. Em mercados maduros, nos quais a expansão através de novos empreendimentos é limitada, o retrofit se consolida como o mecanismo mais eficiente para a criação de “estoque novo”, ao mesmo tempo em que se beneficia de uma base de custo mais competitiva, do reaproveitamento de estruturas existentes e de prazos de execução mais previsíveis.

Quando bem estruturado e executado, especialmente em ativos situados em regiões prime, o retrofit articula uma combinação rara de atributos. Ele une localização consolidada e altamente demandada a um produto atualizado, inserido em um contexto de oferta restrita. Essa sintonia entre endereço, qualidade e escassez cria uma vantagem competitiva relevante para o ativo.

Além disso, ainda existem atributos difíceis de replicar em novos projetos: localizações icônicas, proporções arquitetônicas, pé-direito generoso e estruturas robustas. Uma vez combinados com atualização completa de sistemas, fachada e áreas comuns, esses elementos criam um produto com identidade e diferenciação, algo cada vez mais valorizado por ocupantes corporativos.

Sob a ótica financeira, o retrofit apresenta uma equação particularmente eficiente. A possibilidade de entrada abaixo do custo de reposição, alinhada a um CAPEX mais enxuto e a um risco de execução mais controlado, forja uma base sólida para geração de valor. Ainda que não implique valorização automática, essa estrutura aumenta de forma relevante a probabilidade de captura de *spread* entre o custo total do investimento e o valor de mercado do ativo após reposicionamento.

Essa lógica se torna ainda mais evidente em ciclos de juros elevados. Nesse ambiente, estratégias que demandam menor intensidade de capital, prazos mais curtos e menor exposição a incertezas construtivas tendem a ser favorecidas. O retrofit, por sua natureza, se encaixa com precisão nesse perfil, permitindo alocação mais eficiente de recursos e maior previsibilidade de retorno ao longo do ciclo.

Case de Sucesso: Bravo! Paulista

O Bravo! Paulista ilustra, de forma concreta, como o retrofit pode ser utilizado como instrumento estratégico de reposicionamento e criação de valor no mercado corporativo. Localizado no Jardim Paulista, em São Paulo (SP), e integrante do portfólio do fundo imobiliário Renda Corporativa (RCRB11), o ativo está inserido em uma das regiões mais consolidadas e líquidas da cidade, com acesso duplo pela Alameda Santos e pela Avenida Paulista, um atributo que amplia significativamente sua visibilidade e atratividade.

Originalmente construído em 1973, o edifício passou por um retrofit completo entre 2020 e 2021, sendo transformado de um ativo classe “C” em um produto classe “A”. A intervenção foi profunda e abrangente, indo além da atualização estética e incorporando a modernização da infraestrutura, um upgrade técnico relevante e ganhos consistentes de desempenho operacional, alinhando o ativo às exigências atuais dos ocupantes corporativos.

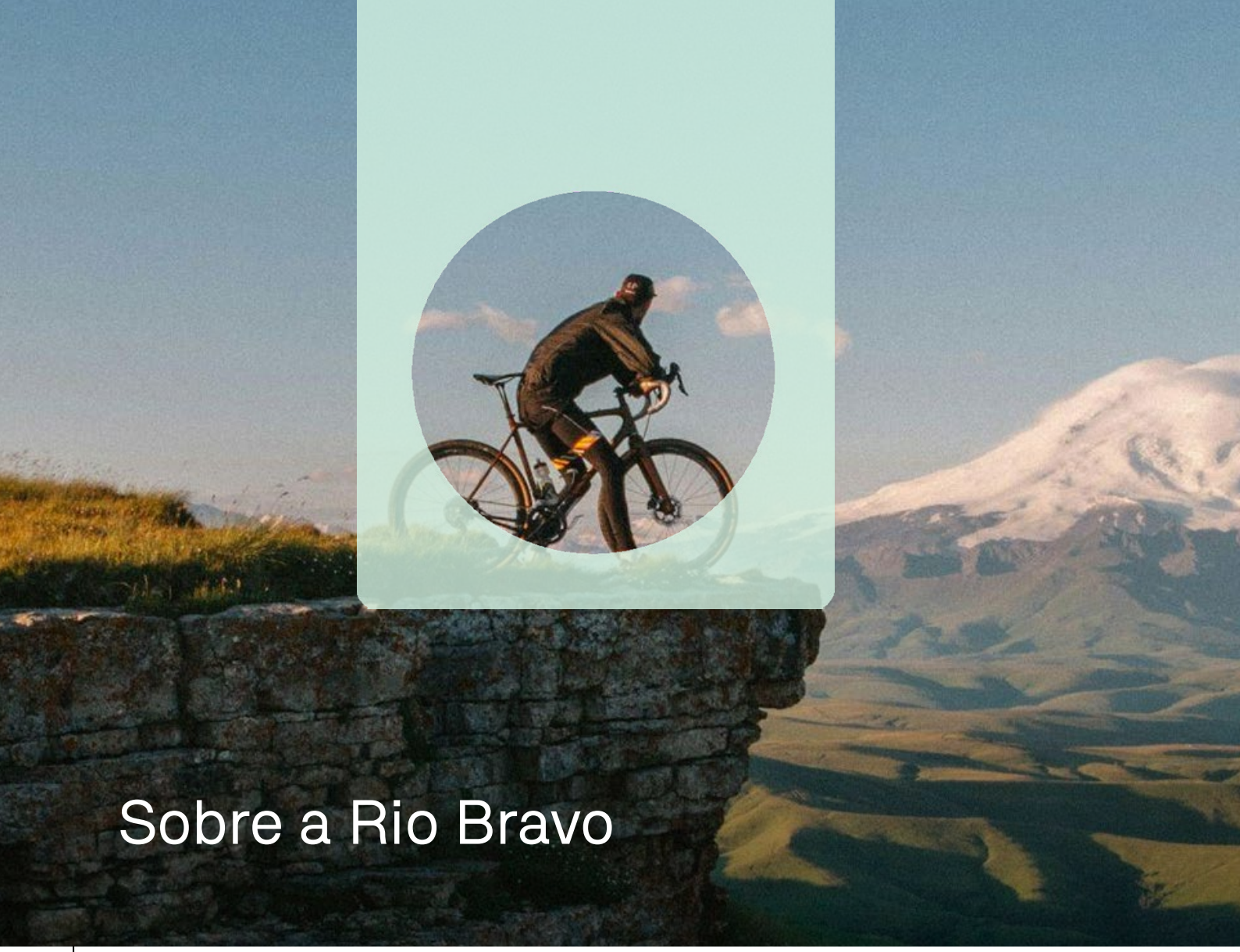
Os resultados pós-obra reforçam a estratégia assertiva. Em pouco mais de um ano após a conclusão, o ativo já apresentava níveis de ocupação superiores a 80%, evidenciando forte aderência à demanda e rápida absorção pelo mercado. Esse desempenho confirma que o projeto não se limitou a uma reforma; antes, representou um reposicionamento completo do ativo, capaz de alterar sua percepção, ampliar sua competitividade e sustentar geração de valor em um dos eixos mais relevantes da cidade.

Diante disso, o retrofit se consolida não apenas como uma solução técnica, mas, sobretudo, como tese estruturada de investimento, dado seu potencial de transformar ativos, revitalizar regiões e gerar valor de forma consistente em mercados cada vez mais maduros e exigentes.

Performance

	Crédito			Ações e Multestratégia	Índices	
	Rio Bravo Crédito Privado Essencial	Rio Bravo Crédito Privado	Rio Bravo Infra CDI Incentivado	Rio Bravo Radix FIF Ações	CDI	IBOV
abril 26	1,03	1,03	-0,52	1,12	1,09	-0,08
março 26	1,18	1,13	0,45	-6,28	1,21	-0,70
fevereiro 26	1,00	0,99	0,28	4,36	1,00	4,09
janeiro 26	1,33	1,31	2,04	4,70	1,16	12,56
dezembro 25	1,28	1,27	1,12	-1,38	1,22	1,29
novembro 25	1,12	1,13	0,88	9,69	1,05	6,37
outubro 25	1,17	1,12	1,01	2,84	1,28	2,26
setembro 25	1,36	1,31	2,18	1,99	1,22	3,40
agosto 25	1,30	1,21	1,08	9,44	1,16	6,28
julho 25	1,41	1,42	1,18	-5,82	1,28	-4,17
junho 25	0,97	0,88	1,35	3,32	1,10	1,33
maio 25	0,55	1,15	3,23	4,26	1,14	1,45
Ano	3,55	3,47	2,80	2,41	3,41	16,35
12 meses	-	14,82	-	40,06	14,79	43,91
24 meses	-	28,11	-	39,36	27,66	47,62
36 meses	-	41,47	-	80,86	43,80	88,08
Desde o início	14,96	426,59	15,67	492,43		
PL Atual (R$ mil)	41.980.275,39	116.458.479,27	49.532.874,49	214.457.865,17		
Data de início	16/04/2025	14/08/2008	16/04/2025	08/10/2013		
Taxa de Administração (a.a.)	1,06%	0,39%	0,91%	2,00%		
Taxa de Performance (a.a.)	10,0% do que exceder 100% do CDI	Não há	10,0% do que exceder 100% do CDI	20% do que exceder 100% o Ibovespa		

Números em percentual, exceto quando informado diferente.



Sobre a Rio Bravo

Somos uma gestora de investimentos independente focada em ativos reais com atuação em imóveis, crédito, ações e multiestratégia.

Fundada por Paulo Bilyk e Gustavo Franco, há 26 anos somos investidores fundamentalistas de longo prazo.

Gerimos R$ 12,5 bilhões de recursos no Brasil para investidores de todos os tamanhos, individuais e institucionais, domésticos e internacionais.

S&P Global Ratings

Classificação 'AMP-2' (Forte)

Data-base: dezembro/2025

ESTRATÉGIAS

- Imobiliário
- Crédito
- Ações e multiestratégia

SERVIÇOS

- Estruturação de crédito
- Serviços fiduciários
- Carteira administrada tokenizada

SOLUÇÕES

- Soluções de investimentos para clientes institucionais

Produtos e estratégia

Imobiliário

R$ **9** bi AuM

Somos pioneiros e uma das principais gestoras de investimentos imobiliários do Brasil. Atuamos desde a estruturação até a administração e a gestão ativa de FIIs, temos especializações verticais e conhecemos com profundidade cada um dos setores em que atuamos no ativo real.

L	Y	RCRB11	Corporativo
L	Y	RBVA11	Varejo
L	Y	TRBL11	Logístico
L	Y	RBRS11	Residencial
L	Y	RBFM11	Multiestratégia
L	Y	SHPH11	Shopping Center

Crédito

R$ **1,3** bi AuM

Atuamos com fundos que investem em crédito imobiliário, corporativo, de infraestrutura e FIDCs selecionados pelo nosso time de análise e aprovados por um comitê com os nossos diretores. Atuamos em infraestrutura com integração de análise ESG no processo de investimento. Temos uma equipe dedicada à originação de oportunidades que nos permite estruturas únicas e eficientes.

L	Y	RBHG11	CRI High Grade
L	Y	RBHY11	CRI High Yield
A	K	CRÉDITO PRIVADO	Crédito Privado D1
A	K	CRÉDITO PRIVADO ESSENCIAL	Crédito Privado D30
F	K	INLIRA STEFANINI CONSÓRCIO	FIDC Consórcio
F	Y	HEDGE FUND	Hedge Fund
A	K	INFRA CDI INCENTIVADO	Incentivado Hedgeado
L	Y	RBIF11	FI-Infra ESG

Ações e Multiestratégia

R$ **1,6** bi AuM

Atuamos em renda variável desde 2004 amparados em uma abordagem fundamentalista e de longo prazo, e nossa atuação em multiestratégia combina diferentes classes de ativos e táticas de alocação, buscando eficiência, resiliência e retorno ajustado ao risco. Essa atuação é conduzida por um time experiente e multidisciplinar, com governança robusta e processos formais que garantem controle, transparência e avaliação objetiva dos resultados.

L	K	QLBR11	ETF empresas de qualidade Brasil
A	K	RIO BRAVO RADIX	Ações *long only*
A	K	RIO BRAVO PROTEÇÃO	Proteção de capital
A	K	RIO BRAVO SOLUÇÃO	Soluções sob-medida
A	K	RIO BRAVO TEMPLETON CLIMATE ANGE	Ações climático

L LISTADO
A ABERTO
F FECHADO
Y RENDA
K APRECIAÇÃO DE CAPITAL

Data-base: dezembro/2025
* Considera apenas os principais fundos de gestão da Rio Bravo.

RIO BRAVO

Paulo Bilyk
Chief Executive Officer
Chief Investment Officer

Gustavo Franco
Senior Advisor

Evandro Buccini
Diretor de Crédito

Anita Scal
Diretora de Investimentos Imobiliários

Vanessa Faleiros
Chief Operating Officer
Diretora Jurídico e Compliance

Comercial
comercial@riobravo.com.br

Vanessa Valente
Gerente Comercial

Maisa Oliveira
Gerente Comercial

Luiz Carpegiani
Gerente Comercial

Ligia Pereira
Analista Comercial

Relação com Investidor
ri@riobravo.com.br
11 3509-6500
riobravo.com.br/whatsapp

Isabela Perez

Suze Souto

Ouvidoria
0800 722 9910
ouvidoria@riobravo.com.br

Avalie esse material

CLIQUE AQUI

ANBIMA

Este material foi elaborado pela Rio Bravo e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expresso em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. LEIA O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERANTE AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS. Para informações, ligue para +55 11 3509-6600. Para reclamações, utilize o SAC/Ouvidoria: 0800-722-9910.